

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.736.270 - MG (2018/0090480-1)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE : MATEUS ESPEDITO DAMIÃO GARCIA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MATEUS ESPEDITO DAMIÃO GARCIA, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o ora recorrente, denunciado como incurso no art. 121, § 2º, III e IV, e no art. 211 do Código Penal e no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990, foi impronunciado pelo Juízo sumariante, que consignou o seguinte (e-STJ fls. 348/351):

**DO CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO**

O acusado em seu depoimento pessoal às fls. 213-214 nega autoria dos fatos imputados na denúncia.

No mais, verifico que a testemunha de fls.193, Sgt. José Dauton Xavier, declara que:

"... nunca chegou a abordar a vítima e o réu juntos ... que não sabia da amizade entre o réu e a vítima, pois **nunca tinha visto eles juntos** ... (grifei)

Já, a depoente de fls.196, Maria das Graças da Silva, declara que:

"... não confirma o teor de seu depoimento prestado às fls. 54, pois **não tem certeza que as pessoas mencionadas em seu depoimento fossem aquelas que identificou, pois estava escuro** ... que no dia entendeu serem os envolvidos, contudo, não tem mais esta certeza na atualidade." (grifei)

A testemunha de fls.197, Alcides Teodoro da Silva, declara que:

" ... **nunca viu réu e vítima juntos**; que pode afirmar que na noite anterior ninguém pediu enxada emprestada ao depoente." (grifei)

O depoente de fls. 200, Wesley Adriano Ferraz Azevedo, declara que:

"... no dia dos fatos **não viu os dois juntos** (grifei)

A genitora da vítima, Cleonice Belarmino de Carvalho Leal, declara que:

"... **Wesley foi uma pessoa com quem a vítima se desentendeu** em razão da dívida do controle do videogame, **não tendo gostado da cobrança que foi feita; que a cobrança foi no sábado e no domingo à noite a vítima desapareceu...** (grifei)

Por fim, o irmão da vítima, Oziel de Carvalho Leal, declara que:

"... Wesley, Gabriel e Mateus andavam juntos com a vítima sendo que Wesley foi por 2 vezes cobrar a dívida do controle do videogame; que Genilson foi por vezes perguntar da vítima; que em uma das vezes estava acompanhado de Gabriel; que Mateus não apareceu em momento algum ... que a vítima somente devia para Wesley; que Wesley sumiu da cidade ... **que a pessoa de Marciel era inimigo da vítima e que "se pegasse a vítima mataria ele"; que já chegou a falar para o depoente que o mataria** ... que confirma que a vítima disse no dia de seu desaparecimento que queria comprar uma arma, contudo não disse o motivo." (grifei)

Portanto, diante do contexto probatório não restou demonstrado indícios de autoria, para que o réu seja pronunciado pela prática de homicídio qualificado como requer a Acusação, o que resta prejudicada a análise da materialidade e demais qualificadoras.

#### DO CRIME DE OCULTAÇÃO DE CADÁVER:

Denota-se que a Acusação não logrou êxito em comprovar os indícios da autoria, posto que a testemunha de fls.197, Alcides Teodoro da Silva, ratificou em Juízo as informações prestadas na fase inquisitorial às fls. 61/62, declarando ter emprestado uma enxada para o réu.

Todavia, não há nenhuma testemunha nos autos que tenha visto o réu com a enxada nas proximidades do local onde o corpo da vítima fora encontrado, ou então, que tenha visto o réu utilizando a enxada para ocultar o cadáver.

Logo, não há indícios que comprove a autoria do delito descrito na denúncia.

#### DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENOR:

O crime de corrupção de menores é taxativo quanto às elementares constitutivas do referido tipo legal de crime, que se perfaz, em se corrompendo ou facilitando a corrupção de pessoa menor de dezoito (18) anos, praticando com ela infração penal ou induzindo-a a praticá-la.

Como se vê, o delito em tela exige-se prova efetiva de que o menor tenha se corrompido, não basta à prática do crime junto a menor imputável, pois cuida de delito que não prescinde da atuação concreta do acusado no sentido de quebrar a resistência do jovem ou adolescente para corrompê-lo ou facilitar-lhe a corrupção.

Em decorrência deste raciocínio, a condenação do acusado pelo crime de corrupção de menores não deve mesmo prosperar, posto que não há indícios de que o réu teria praticado o delito acima.

Por fim, com fundamento no art. 409, do Código de Processo Penal, o qual diz:

"Se não se convencer da existência do crime ou de indício suficiente de que seja o réu o seu autor, o juiz julgará improcedente a denúncia ou a queixa. "

Portanto, diante do exposto acima JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, e, consequentemente, IMPRONUNCIO o acusado,

MATEUS ESPEDITO DAMIÃO GARCIA, [...], relativamente à acusação de prática dos delitos do artigo 121, § 2º, incisos III e IV, e artigo 211, ambos do Código Penal e artigo 244-B, da Lei n. 8.069/90.

Irresignado, o *Parquet* interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem deu provimento para pronunciar o acusado nos exatos termos da denúncia. A ementa do acórdão foi sintetizada nos seguintes termos (e-STJ fl. 439):

APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO, OCULTAÇÃO DE CADÁVER E CORRUPÇÃO DE MENORES. RECURSO MINISTERIAL. RÉU IMPRONUNCIADO. MATERIALIDADE COMPROVADA. INDÍCIOS DE AUTORIA PRESENTES. PRONÚNCIA QUE SE IMPÕE. RECURSO PROVIDO. - Existindo elementos indiciários da autoria e presente prova da materialidade dos delitos, imperiosa se faz a reforma da decisão primeva para que seja o apelado pronunciado, nos exatos termos da denúncia.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 466/470).

Daí a interposição deste recurso especial, no qual a defesa alega ofensa aos arts. 619, 155 e 414, todos do Código de Processo Penal.

Aponta a ocorrência de omissão no acórdão, que teria ignorado a fundamentação apresentada pelo magistrado de primeiro grau e pela defesa.

Sustenta, ainda, que "o Egrégio Tribunal de Justiça levou em consideração exclusivamente os argumentos deduzidos no apelo ministerial, deixando de se manifestar sobre a fundamentação apresentada na sentença de primeiro grau e as alegações constantes das contrarrazões de apelação" (e-STJ fl. 488).

Destaca que "todo o cerne daquilo que reputa como indícios suficientes da autoria se calca naquilo que dissera testemunha Maria das Graças da Silva no inquérito policial, restando incontroverso nos autos que as afirmações por ela prestadas na polícia não foram confirmadas em juízo, sob o crivo do contraditório" (e-STJ fl. 489).

Conclui que "agiu com acerto o magistrado primevo, ao proferir sentença de impronúncia, haja vista que os depoimentos prestados em juízo pelas referidas

testemunhas dão conta que o Recorrente não teve envolvimento do delito em questão" (e-STJ fl. 492).

Contrarrazões às e-STJ fls. 497/499.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso especial (e-STJ fls. 512/515).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, quanto à alegada violação ao disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, verifico que a súplica não merece acolhida. É que, ao contrário do sustentado pela defesa, o Tribunal de origem decidiu todas as questões de forma suficiente e fundamentada. É desnecessária, portanto, qualquer manifestação adicional a respeito do tema, porque esgotada a matéria debatida.

No mérito, insurge-se a defesa contra acórdão que deu provimento ao apelo ministerial para pronunciar o acusado nos seguintes termos (e-STJ fls. 444/445).

A materialidade resta comprovada e não fora combatida.

No que diz respeito à autoria, assiste razão ao órgão ministerial, tendo em vista que existem indícios suficientes da autoria, a autorizar a pronúncia do réu, nos estreitos termos da denúncia.

**Verifica-se da prova produzida na fase policial a existência de testemunha que teria presenciado a vítima em fuga, com as mãos atrás da cabeça, sendo, em tese, perseguida pelo réu e por um adolescente, na noite do ocorrido, e acrescenta que após o ocorrido o apelado não mais fora visto. Veja-se:**

(...) QUE B. estava correndo de um rapaz magro, alto que usava um boné, o qual a declarante acredita ser o filho de seu primo, por nome M. E. D. G.; Que a declarante não conseguiu reconhecer o outro rapaz que estava correndo atrás de B., porém, acredita que seja o G., amigo de M., pois, eles sempre andam juntos; (...) Que no momento a declarante achou que era uma brincadeira, não deu importância e foi para sua residência; Que após uma semana a declarante ficou sabendo que B. foi achado morto; Que a declarante relata que o pai de M. fala para todo mundo que tem várias armas em casa, porém, a declarante nunca viu; Que após o encontro do corpo de B. em 17/04 M. não mais foi visto pela declarante, sendo que a mesma acredita que ele está escondido em algum lugar, que a declarante desconhece; (...), f. 54 - Maria das Graças da Silva - testemunha - fase inquisitiva

**Não se olvida que em juízo a mesma testemunha se retratou, alegando não ter "certeza que as pessoas mencionadas em seu**

depoimento fossem aquelas que identificou, pois estava escuro", f. 196. Todavia, sua retratação merece cautela, senão vejamos.

Inferre-se à f. 196 que fora ela indagada pela magistrada de origem se alguém da família havia lhe requisitado para dizer algo na audiência, o que fora negado por ela. Entretanto, fora juntado pelo órgão ministerial às f. 233/234 REDS n.º 2016-024446186-001, no qual referida testemunha relatou à Polícia Militar ter sido ameaçada pelo pai do ora apelado, caso confirmasse seu depoimento prestado na fase policial. Vale, aqui, transcrever o histórico do BO:

[...]

Resta claro que fora a testemunha coagida para mudar sua versão apresentada na fase inquisitorial, valendo ressaltar que o autor da ameaça é, inclusive, parente desta.

Neste raciocínio, **deve se dar credibilidade ao relato inquisitivo, já que a retratação realizada em juízo não se mostra confiável**, ao menos num primeiro momento.

Não bastasse a existência deste indício, há o relato de duas testemunhas no sentido de que o réu teria, supostamente, pedido emprestado uma enxada dois dias depois da prática do delito. Confira-se:

[...]

Em juízo, ambas as testemunhas confirmam que o apelante pegou a enxada emprestada, o que, a meu ver, também se mostra como indício da prática do delito de ocultação de cadáver, **aliado, claro, ao depoimento da testemunha Maria das Graças, já supracitado.**

À f. 59 consta denúncia anônima relatando que o réu teria, em tese, ocultado o cadáver da vítima justamente com o uso de uma enxada.

Há que se ressaltar que o desaparecimento temporário do réu, logo após o descobrimento do cadáver ocultado, deve ser utilizado como indício da autoria, sempre aliado aos demais indícios já apresentados.

Assim, **tendo em vista os elementos indiciários colhidos nos autos**, resta claro que inviabilizam a manutenção da decisão de primeiro grau, devendo o réu ser pronunciado nos termos da denúncia, tendo em vista a existência de indícios suficientes da prática, em tese, dos crimes de homicídio, ocultado de cadáver e corrupção de menores.

Com razão. De fato, segundo se extrai da leitura do acórdão, a única testemunha que poderia confirmar a prova inquisitiva em fase judicial quanto à autoria do crime de homicídio qualificado, Maria das Graças da Silva, retificou seu depoimento, tendo asserido, em juízo, que "não confirma o teor de seu depoimento prestado às fls. 54, pois **não**

**tem certeza que as pessoas mencionadas em seu depoimento fossem aquelas que identificou, pois estava escuro ...** que no dia entendeu serem os envolvidos, contudo, não tem mais esta certeza na atualidade' (grifei)" (e-STJ fl. 349).

Tendo em vista que a única prova da autoria do delito de homicídio qualificado não foi confirmada em sede judicial, não há como ser mantida a higidez da sentença de pronúncia. A propósito:

**RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA FUNDAMENTADA EXCLUSIVAMENTE EM ELEMENTO INFORMATIVO COLHIDO NA FASE PRÉ-PROCESSUAL. NÃO CONFIRMAÇÃO EM JUÍZO. REVERSÃO DO ENTENDIMENTO. INVIABILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

[...]

2. A decisão de pronúncia é um mero juízo de admissibilidade da acusação, não sendo exigido, neste momento processual, prova incontroversa da autoria do delito - bastam a existência de indícios suficientes de que o réu seja seu autor e a certeza quanto à materialidade do crime.

3. **Muito embora a análise aprofundada dos elementos probatórios seja feita somente pelo Tribunal Popular, não se pode admitir, em um Estado Democrático de Direito, a pronúncia sem qualquer lastro probatório colhido sob o contraditório judicial, fundada exclusivamente em elementos informativos obtidos na fase inquisitorial, mormente quando essa prova está isolada nos autos, como na hipótese, em que há apenas os depoimentos da vítima e de sua mãe, colhidos no inquérito e não confirmados em juízo.**

[...]

5. Recurso especial não conhecido. (REsp 1.591.768/RS, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 18/06/2018, grifei.)

Dessa forma, deve ser restabelecida a decisão de impronúncia quanto ao delito de homicídio qualificado, dada a retratação em juízo realizada pela referida testemunha, como também quanto ao delito de omissão de cadáver – visto que, no entender do acórdão recorrido, referido depoimento realizado por Maria das Graças da Silva na fase inquisitorial também teria servido de indício da prática do delito de omissão de cadáver – e,

# *Superior Tribunal de Justiça*

consequentemente, quanto ao delito de corrupção de menores.

Ante o exposto, **dar provimento** ao recurso especial para restabelecer a decisão de impronúncia.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator